

Demonstrações Financeiras

Horizontes Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	13
5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	14
6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	14
7. IMOBILIZADO	14
8. FORNECEDORES	16
9. PROVISÕES.....	16
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	17
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	17
12. RECEITA LÍQUIDA	19
13. CUSTOS E DESPESAS	20
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	21
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	23
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	25
PARECER DO CONSELHO FISCAL	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Horizontes Energia S.A. ("Companhia" ou "Horizontes") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$7.852 mil (R\$3.628 mil em 31 de dezembro de 2024), dividido em 7.851.512 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentas e doze) ações ordinárias (3.628.000 em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT").

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$1.016 mil em 2025 em comparação ao resultado de R\$16.491 mil no exercício de 2024.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

No exercício de 2025, o LAJIDA ⁽¹⁾ apresentou resultado negativo de R\$ 76 mil, em contraste com o resultado positivo de R\$ 21.000 mil apurado em 2024, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var.%
Lucro líquido	1.016	16.491	(93,84)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	574	7.516	(92,36)
Resultado Financeiro	(1.727)	(3.426)	(49,59)
Depreciação e amortização	61	419	(85,44)
LAJIDA	(76)	21.000	(100,36)

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

A receita bruta de energia elétrica foi de R\$ 0,00 no exercício de 2025, em comparação a R\$ 3.582 mil em 2024.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.279 mil em 2025, comparados a R\$1.281 mil no exercício de 2024. A variação ocorreu em pela diminuição dos custos com energia elétrica, serviços de terceiros, depreciação e materiais.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido de 2025 foi uma receita de R\$1.727 mil, em comparação a uma receita de R\$3.426 mil em 2024, impactado, principalmente, pelo rendimento de aplicações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$ 574 mil referente a imposto de renda e contribuição social, 36,10% em relação ao lucro de R\$1.590 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período de 2024, a Companhia apurou o montante de R\$ 7.516 mil, representando 31,31% em relação ao lucro de R\$ 24.007 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2026 que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 1.016 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$508 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios, dos quais R\$436 mil foram já foram pagos na forma de dividendos intermediários; e
- R\$508 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Horizontes manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, e, em especial, à dedicação dos empregados dos acionistas controladores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	872	2.631
Títulos e Valores Mobiliários	4	8.564	5.805
Tributos Compensáveis	5	5	6
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar		98	-
TOTAL DO CIRCULANTE		9.539	8.442
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	2.190
Tributos Compensáveis	5	278	306
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	15	32	-
Depósitos Vinculados a Litígios	6	3.279	3.054
Imobilizado	7	344	402
Direito de Uso		55	298
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.988	6.250
ATIVO TOTAL		13.527	14.692

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	65	85
Impostos, Taxas e Contribuições	10	152	152
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	-	91
Dividendos a Pagar	11	72	-
Passivo de Arrendamento		6	41
Outras Obrigações		37	13
TOTAL DO CIRCULANTE		332	382
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições	10	583	583
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	15	561	231
Passivo de Arrendamento		63	281
Outras Obrigações		-	7
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.207	1.102
TOTAL DO PASSIVO		1.539	1.484
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital Social		7.852	3.628
Reserva de Lucros		4.136	9.580
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.988	13.208
PASSIVO TOTAL		13.527	14.692

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	12	-	3.451
CUSTOS	13		
Custos com energia elétrica		-	(130)
Custos de operação		(59)	(961)
		(59)	(1.091)
LUCRO BRUTO		(59)	2.360
DESPESAS E OUTRAS RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	13	-	(65)
Outras despesas		(78)	(123)
Outras receitas		-	18.409
		(78)	18.221
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(137)	20.581
Receitas financeiras	14	1.721	3.456
Despesas financeiras	14	6	(30)
		1.727	3.426
Resultado antes dos Impostos sobre o Lucro		1.590	24.007
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(244)	(7.371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(330)	(145)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.016	16.491

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.016	16.491
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.016	16.491

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10.000	7.852	7.126	-	24.978
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(7.126)	-	(7.126)
Resultado do exercício	-	-	-	16.491	16.491
Redução de capital social	(6.372)	-	-	-	(6.372)
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Dividendos intermediários 2024	-	-	-	(14.763)	(14.763)
Dividendos adicionais propostos			1.728	(1.728)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.628	7.852	1.728	-	13.208
Aprovação de dividendos adicionais propostos			(1.728)		(1.728)
Aumento de Capital Social	4.224	(4.224)			-
Resultado do exercício				1.016	1.016
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					-
Dividendos Intermediários 2025				(436)	(436)
Dividendos Obrigatórios				(72)	(72)
Dividendos adicionais propostos		-	508	(508)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	7.852	3.628	508	-	11.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.016	16.491
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 13)	58	390
Amortização direito de uso (Nota 13)	6	29
Provisões	-	9
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 15)	574	7.516
Juros Passivo de Arrendamento (Nota 14)	5	24
Atualização de créditos de PIS/Pasep e COFINS (Nota 14)	-	(1)
Ganho na alienação de ativos	-	(18.308)
Baixas Imobilizado	237	(21)
Juros e variações monetárias (Nota 14)	(1.320)	(3.068)
	576	3.061
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	25	1.899
Tributos compensáveis (Nota 5)	(436)	(5.761)
Outros ativos	(220)	(209)
	(631)	(4.071)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 8)	(20)	(1.517)
Impostos, Taxas e Contribuições (Nota 10)	-	(93)
Convênio de Compartilhamento (Nota 16)	-	(165)
Outras obrigações	(13)	(159)
	(33)	(1.934)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	(88)	(2.934)
Imposto renda e contribuição social pagos		(1.740)
Juros recebidos	(387)	2.393
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(475)	(2.291)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 14)	(614)	(29.281)
Resgates em títulos e valores mobiliários (Nota 14)	1.752	29.189
Alienação de ativos	-	30.511
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.138	30.419
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 11)	(2.164)	(29.015)
Arrendamentos pagos	(258)	(44)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.422)	(29.059)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.759)	(931)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.631	3.562
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	872	2.631
	(1.759)	(931)

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Horizontes Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT” ou “Controladora”), constituída em 6 de abril de 2001, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a geração e comercialização de energia elétrica, na modalidade de produção independente, mediante a exploração de empreendimentos de geração que venham a ser adquiridos e/ou construídos com a participação da CEMIG, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Conforme comunicados ao mercado publicados em 17 de março de 2023 e 10 de agosto de 2023, a Cemig Geração e Transmissão S.A. e a Horizontes Energia S.A. realizaram leilão para alienação de 15 (quinze) PCHs/CGHs em 10 de agosto de 2023. Destaca-se que 3 (três) ativos pertencem à Horizontes Energia S.A: Salto Voltão, Salto Passo Velho e Salto Paraopeba. A alienação visou atender às diretrizes do Planejamento Estratégico da Cemig, que preconiza uma otimização do portfólio e uma melhor alocação de capital.

Em 10/01/2024, por meio do Despacho nº 062/2024, a Aneel transferiu as autorizações das PCHs Salto Voltão, Salto do Passo Velho e Salto Paraopeba da Horizontes Energia para a Mang Participações e Agropecuária Ltda.

Em 20/02/2024, por meio do Despacho nº 504/2024, a Aneel transferiu a autorização da PCH Machado Mineiro da Horizontes Energia para a Cemig GT. Em 29/03/2024, foi realizada Assembleia Geral da Horizontes Energia autorizando a transferência dos ativos da PCH Machado Mineiro para a Cemig GT.

Após a transferência da PCH Machado Mineiro para a Cemig GT, a Horizontes Energia S.A. não possui ativos e permanecerá ativa para ser utilizada em movimentações societárias futuras da sua controladora a qual irá suportá-la financeiramente caso sua geração de caixa seja insuficiente.

A Cemig, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de setembro de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 18.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 9 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 12 – Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 17 – Instrumentos financeiros e gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis. As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	01/01/2025

Norma e principais alterações	Início da vigência
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados. A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	01/01/2025

2.7 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações. A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas contábeis. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas respectivas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Contas Bancárias				74	41
Aplicações financeiras					
Overnight	Pré-fixada	14,60 a 14,90	11,91 a 12,15	798	2.590
TOTAL				872	2.631

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5 a 110,02	104,2 a 112,0	7.474	4.546
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11 a 15,12	12,41 a 12,45	984	1.178
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88 CDI	TR + 1 a 122,90 CDI	106	81
				8.564	5.805
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	-	104,2 a 112,0	-	2.190
				-	2.190
				8.564	7.995

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 17. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional,

pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2025	2024
ICMS	6	6
PIS/PASEP	49	49
Cofins	228	228
IR	-	21
CSLL	-	8
	283	312
Circulante	5	6
Não circulante	278	306

6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2025	2024
Obrigações fiscais		
PIS/Pasep e Cofins	3.279	3.054
TOTAL	3.279	3.054

Os depósitos vinculados a litígios referem-se a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins.

7. IMOBILIZADO

		2025			2024		
	Taxa média anual depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	9,18						
Terrenos	4,50	119	(78)	41	119	(72)	47
Edificações, obras civis, benfeitorias	10,51	22	(17)	5	22	(17)	5
Máquinas e equipamentos		496	(206)	290	496	(154)	342
		637	(301)	336	637	(243)	394
Em curso		8	-	8	8	-	8
Total		645	(301)	344	645	(243)	402

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Taxa anual de deprec.	Valor bruto em 31/12/2024	Valor bruto em 31/12/2025	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço		637	637	(301)	336
Terrenos	4,50	119	119	(78)	41
Edificações, obras civis, benfeitorias		22	22	(17)	5
Máquinas e equipamentos	10,51	496	496	(206)	290
Em curso		8	8	-	8
Total		645	645	(301)	344

	Taxa anual de deprec.	Valor líquido em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Outros (C)	Transf. (D)	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C) + (D)	Deprec. 2024	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço		6.560	-	(5.638)	-	188	(5.450)	(716)	394
Reservatórios, barragens e	4,41	4.847	-	(4.451)	-	-	(4.451)	(396)	-
Terrenos, Edificações, obras	5,22	409	-	(305)	-	-	(305)	(52)	52
Máquinas e equipamentos	5,09	1.304	-	(882)	-	188	(694)	(268)	342
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em curso		508	-	-	(312)	(188)	(312)	-	8
Total		7.068	-	(5.638)	(312)	-	(5.763)	(716)	402

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2025, a taxa média de depreciação anual foi de 9,18% (4,93% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Materiais e Serviços	62	81
Suprimento e Transporte de Energia	(1)	-
Outros	4	4
TOTAL	65	85

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 17.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$216 (R\$223 em 31 de dezembro de 2024) referente às ações de natureza trabalhista, em que discute sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos e ajustes salariais.
- R\$684 (R\$595 em 31 de dezembro de 2024) referentes aos danos materiais e morais em decorrência da inundação de terras de terceiros.
- R\$384 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024) referente a não identificação de créditos tributários junto à Receita Federal.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 não houve processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Em conformidade ao ICPC 22, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

10.IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições

	2025	2024
Circulante		
PASEP	(4)	-
COFINS	(21)	-
PIS/Pasep, Cofins, ICMS e INSS	111	105
INSS	136	-
ISSQN	30	47
Outros	11	-
	152	152
Não circulante		
COFINS	479	479
PASEP	104	104
	583	583
TOTAL	735	735

11.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 7.852 (R\$ 3.628 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 7.851.512 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (3.628.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão ("Cemig GT").

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição das contas de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2025	2024
Reserva legal	3.628	7.852
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	508	1.728
	4.136	9.580

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até aos limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou nas reservas de lucros o montante de R\$ 508 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela AGO.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	1.016	14.252
Dividendos obrigatórios (50%)	508	7.126
Dividendos adicionais	508	7.126
TOTAL	1.016	14.252

d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2026 que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$1.016, seja dada a seguinte destinação:

- \$508 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios, dos quais R\$436 mil foram pagos na forma de dividendos intermediários; e
- R\$508 mil para pagamento de dividendos adicionais.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

e) Movimentação de dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Dividendos adicionais propostos ref. 2024	1.728
Pagamento de dividendos ref. 2024	(1.728)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	508
Pagamento de dividendos ref. 2025	(436)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	72

12. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Suprimento bruto de energia elétrica	-	3.577
Transações com Energia na CCEE	-	5
Fornecimento bruto de energia elétrica	-	3.582
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (a)	-	(131)
Receita operacional líquida	-	3.451

a) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2025	2024
Tributos sobre a Receita		
COFINS	-	107
PIS-PASEP	-	23
	-	130
Encargos do Consumidor		
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	1
	-	1
Total	-	131

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, para a situação destacada há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

13.CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	-	84
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	46
	-	130

b) Custos e despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	-	66	-	66
Materiais	-	53	-	-	-	53
Serviços de Terceiros (c)	-	489	79	86	79	575
Depreciação e Amortização	61	419	-	-	61	419
Provisões operacionais	(3)	9	-	-	(3)	9
Outros custos/despesas	-	(9)	-	37	-	29
	58	961	79	189	137	1.151

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
Convênio de operação e manutenção	-	156
Manutenção, Conservação e Instalação	-	109
Meio Ambiente	-	200
Comunicação	-	3
Conservação e Limpeza de Prédios	7	22
Tecnologia da Informação	-	31
Auditoria Externa	34	33
Outros	38	21
TOTAL	79	575

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de aplicação no mercado financeiro	1.478	3.286
Acréscimos moratórios em conta de energia	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígio	225	161
Acréscimos moratórios sobre Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida – TARD	18	6
Atualização de créditos de PIS/Pasep e Cofins	-	1
Outras	-	2
	1.721	3.456
Despesas Financeiras		
Juros passivo de arrendamento	(5)	(24)
Outras despesas financeiras	11	(6)
	6	(30)
RESULTADO FINANCEIRO	1.727	3.426

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	(121)	(8)
Contribuição Social	121	99
TOTAL	-	91

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	419	176
Contribuição Social	142	55
TOTAL	561	231

c) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
	-	-
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	506	506
Outras Receitas Financeiras	243	243
Base de Cálculo Lucro Presumido	749	749
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	112	67
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	51	0
IR e CS - Lucro Presumido	163	67
Ajuste ECF	7	7
Rendas Aplicações	1.478	1.478
Provisão Rendas Aplicações	506	506
Rendas Aplicações Não-resgatadas	972	972
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos	243	87
Corrente	170	74
Diferido	243	87

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	5.341	5.341
Percentual de Presunção	8%	12%
	427	641
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.701	2.701
Outras Receitas Financeiras	170	170
Ganho de capital na alienação de ativos	18409	18409
Base de Cálculo - Lucro Presumido	21.707	21.921
Alíquotas	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	3.256	1973
Adicional 10% valor superior a R\$240	2147	-
Ajuste de período anterior - ECF	(3)	(1)
IR e CS - Lucro Presumido	5400	1972
Provisão Rendas Aplicações		
Rendas Aplicações		
Rendas Aplicações não resgatadas	586	586
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2024	146	53

	2024	
	Imposto de renda	Contribuição social
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(1758)	(1758)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(141)	(211)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	(35)	(19)
Amortização custos GSF	(5)	(5)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	0	(1)
Alíquota	25%	9%
Total	0	0
Corrente	5.399	1972
Diferido	111	34

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	4.502	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(256)	(186)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	-	-	-	-	(1)	(47)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	(85)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	30	30	-	-	-	-

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	508	7.126	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$508. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	798	2.590	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	8.563	5.805	-	-	1.864	893	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	2.190	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	-	27
Participação nos resultados	-	7
Previdência privada	-	-
Total ⁽¹⁾	-	34

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		(25)	(25)	-	-
Depósitos judiciais e cauções		3.279	3.279	3.054	3.054
Títulos e Valores Mobiliários		106	106	2.271	2.271
		3.360	3.360	5.325	5.325
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	798	798	2.589	2.589

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	7.473	7.473	4.546	4.546
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	985	985	1.178	1.178
		9.256	9.256	8.313	8.313
		12.616	12.616	13.638	13.638
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(65)	(65)	(85)	(85)
Passivo de Arrendamento	2	(69)	(69)	(322)	(322)
		(134)	(134)	(407)	(407)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o

refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com dívidas pactuadas está apresentado abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento ⁽¹⁾	1	2	3	26	97	129
Fornecedores	65	-	-	-	-	65
TOTAL	66	2	3	26	97	194

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de

negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e permissionários de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Demétrio Alexandre Ferreira
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Horizontes Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 08 de setembro de 2026.

Eduardo José de Souza, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro Fiscal